



## INFLUÊNCIAS DO PRONAF NA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Igor Binotto Benetti (Mestrando/UFSM)

Hector dos Santos Facco (Doutorando/UFSM)

Roselaine Tereza Piber (Doutoranda/UFSM)

Vanessa Lazzaretti Picolotto (Doutoranda/UFSM)

### Resumo

O presente trabalho busca discutir o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o seu papel na diferenciação dos agricultores familiares, tendo como base a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da literatura específica, e os dados do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como resultados, identificamos a concentração dos recursos do PRONAF nas regiões Centro-Sul do país, e beneficiando em especial os agricultores mais capitalizados. Essa concentração dos recursos intensifica o processo de diferenciação social entre os agricultores familiares.

**Palavras-chave:** Diferenciação social. PRONAF. Agricultura familiar. Crédito rural.



## 1 Introdução

A visibilização da agricultura familiar como uma categoria relativamente importante dentro do desenvolvimento socioeconômico do país, teve seu marco com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na metade da década de 1990. Até então, o Estado brasileiro favoreceu a implementação de um modelo de desenvolvimento rural que abarcava somente proprietários de grandes extensões de terra, voltados para produtos de exportação ou que fossem minimamente capitalizados. Ademais, a população que não estava enquadrada nesta perspectiva, foi excluída e praticamente inviabilizada no meio rural, colaborando para o grande êxodo rural que transformou a demografia do país num curto espaço de tempo (PICOLOTTO, 2012; AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Entretanto, no período pós ditadura militar e de redemocratização, a partir da constituição de 1988, houve pressão de grupos heterogêneos da população rural, em especial pequenos agricultores, que através de organizações sindicais e movimentos sociais lutaram por seu espaço de cidadania perante o Estado (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017). Com isso, houve a conquista do PRONAF, que em tese abriu caminhos para um novo modelo de desenvolvimento rural, mais inclusivo e democrático.

No entanto, a política de crédito teve como foco o aumento da renda dos agricultores familiares. Com efeito, agricultores familiares que estavam relativamente inseridos no mercado, em especial o mercado exportador de *commodities* foram privilegiados pela política. De modo que, no final da década de 1990, o Brasil aumentou expressivamente a exportação de soja *in natura* para a China. O trabalho de Navarro (2016, p. 25) argumenta que este período que adentra o século XXI, pode ser considerado um “*novo padrão agrícola e agrário*”.

Diante disso, tomando como ponto de partida a criação do Pronaf, apesar de ter sido criado com o intuito de inclusão, ao longo de sua história dados estatísticos demonstram que a política manteve o processo de exclusão, o qual vinha sendo praticado pelo modelo de desenvolvimento rural modernizante que percorreu as décadas anteriores a sua criação; em especial na disparidade de alocação de recursos entre regiões (AQUINO et. al, 2018). Dentro do histórico de vigência, o Pronaf passou por algumas transformações, como por exemplo, o aumento das linhas de crédito e o valor dos recursos disponibilizados pelo Estado (AQUINO et. al, 2013). No entanto, as transformações não foram suficientes para que os recursos fossem distribuídos equitativamente nas distintas regiões.



Principalmente, após a divulgação dos dados tabelados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar sofreu certa inflexão em sua proposta política e de desenvolvimento rural. O que antes creditava em suas pautas temas como segurança e soberania alimentar, desenvolvimento regional, emprego e mão de obra ocupada no campo, entre outros, passou a um discurso muito mais voltado para a produtividade da categoria (SOLDERA; NIEDERLE, 2016). Este fato se deve, em especial, aos resultados consideráveis da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico do país, divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006. Visto que o fator econômico/produtivo foi quem legitimou os discursos políticos de desenvolvimento rural, as demais pautas perderam ainda mais força.

Ademais, a questão produtividade tomou conta do debate e disputa por recursos, em vista do dualismo entre o Ministério da Agricultura Abastecimento e Pecuária (MAPA) que representa a agricultura patronal e entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA 1999-2016) que representava a agricultura familiar. Portanto, há um retrocesso na discussão de pautas alternativas para o desenvolvimento rural que contradigam a lógica conservadora produtivista ou o que Navarro, (2016, p. 42) chamou de “face que homogeneiza o desenvolvimento agrário capitalista”.

Posto isso, o objetivo deste artigo é fazer uma discussão sobre a forma desigual com que os recursos do PRONAF foram alocados nas regiões do país. Procurando analisar as possíveis diferenciações regionais, que influenciaram a distinção distributiva de tais recursos. Por conseguinte, este trabalho busca, na literatura e na pesquisa documental, a partir dos dados levantados pelo Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisar se a política de crédito, voltada especificamente para a agricultura familiar, está levando em conta a heterogeneidade desta categoria. E ainda, tem-se como referência o conceito de diferenciação social como a resultante dos diferentes processos e ações que incidem sobre determinados sujeitos sociais, que irão determinar as diversas posições na estrutura social (PICCIN, 2021). Para além disso, pretende demonstrar como o projeto de desenvolvimento rural de apelo puramente econômico/produtivista, sempre esteve em primeiro plano no projeto dos diferentes governos, ao longo da história recente do país.

A estrutura do texto está organizada em três seções, além desta breve introdução e das considerações finais. A primeira seção do trabalho procura fazer um breve histórico sobre a inserção da agricultura familiar nas políticas do Estado através do PRONAF, a partir da década de 1990 até os dias atuais. Na segunda seção, traz alguns dados e discussões sobre o direcionamento dos recursos alocados pelo Pronaf nas diferentes regiões do país. Na



terceira seção, analisa a relação entre a alocação dos recursos do Pronaf, com a possível diferenciação de modelos de agricultura presentes, os quais indicam, de maneira excludente, que a categoria possui grande diversidade, o que parece não ser abarcado pelo modelo de distribuição de crédito do Pronaf.

## 2. A inserção da agricultura familiar nas políticas do Estado através do Pronaf

Da metade do século XX até meados da década de 1980, mais especificamente no período da ditadura militar (1964-1985), o Estado viabilizou apenas um modelo de desenvolvimento rural, que implicava em modernizar a agricultura brasileira e inseri-la no mercado exportador de *commodities*. O grande produtor rural, capitalizado, com grandes extensões de terra, “produtivo” e com capacidade de se modernizar, foi o principal alvo da política de Crédito Rural, criada com a função de acelerar este processo. Já o pequeno agricultor familiar, que produzia para sua subsistência e, que era alvo de estigmatização como praticante de uma agricultura atrasada, ineficiente e inadequada (PICOLOTTO, 2012), foi inviabilizado neste processo. Logo, produtores que não se encaixam nesta demanda do Estado, foram excluídos das políticas, aumentando as desigualdades e a pobreza no campo (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Principalmente no período pós-constituição de 88, as lutas políticas deste setor periférico do meio rural ganharam força, em especial através do sindicalismo rural. Mas apenas em 1995 com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que este vasto grupo social é unificado e reconhecido pelo Estado como categoria. Como relatam Picolotto e Medeiros (2017, p. 352):

[...] a consolidação da categoria agricultura familiar se deu em meados dos anos 1990, quando, por efeito da eficácia política dos gritos da terra, encabeçados por Contag e CUT, e também por várias mobilizações de pequenos agricultores em todo o país, o governo criou o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Desde então, os agricultores progressivamente passaram a se identificar como tal, para serem reconhecidos como público do novo programa.

Com a criação do Pronaf, a população do campo historicamente desamparada pelo Estado, em tese, poderia contar com uma política de crédito que abarcava suas especificidades e, que auxiliaria o desenvolvimento e a reprodução social destes agentes. A



política trouxe uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, que diferenciava os agricultores familiares do modelo agrícola patronal. Criado em 1999, o MDA foi a instituição responsável pela pasta da agricultura familiar e reforma agrária. Com isso, o PRONAF cria uma nova conjuntura política no que se refere ao meio rural. De modo que a agricultura familiar, então inserida na distribuição de recursos do Estado e institucionalizada através do MDA, também colocava em pauta outra proposta de desenvolvimento rural, que conflitava com o modelo vigente até então, protagonizado pelos interesses da agricultura patronal. Como apontam Soldera e Niederle, (2016, p.100): “Na década de 2000, o expressivo aumento das exportações de produtos agropecuários, especialmente das commodities, também foi determinante para evidenciar a existência de dois projetos distintos e, em certa medida, divergentes de desenvolvimento rural”.

Institucionalmente, o MAPA sempre representou os interesses do modelo agrícola conservador (o chamado agronegócio) e no período de vigência do MDA<sup>1</sup> (1999-2016) formou disputas internas, por recursos e legitimidade em seus projetos de desenvolvimento. Vale ressaltar a importância institucional que o MDA representou no período que esteve vigente. Ainda que as políticas voltadas para a categoria agricultura familiar tendiam a privilegiar uns modos de reprodução social, em detrimento de outros, internamente o Ministério (MDA) discutia ações que pudessem diminuir estas problemáticas excludentes. O trabalho de Mattei (2018), discute o retrocesso que a extinção do MDA trouxe para políticas de inclusão internas para a categoria.

Particularmente nos governos Lula e Dilma (2003-2015), o MDA – enquanto órgão de Estado -- foi protagonista de grandes ações em prol da melhoria da distribuição da terra e da renda, do enfrentamento da fome e da pobreza e da redução das desigualdades sociais e regionais do país (MATTEI, 2018, p. 294).

Com a extinção do MDA, a pasta da agricultura familiar é incorporada ao MAPA, ou seja, a instituição que antes disputava recursos e legitimidade com a categoria, nos dias atuais, está controlando as distribuições de recursos e discutindo as políticas que decidem o futuro da mesma. Em geral, as camadas menos favorecidas são as mais prejudicadas, visto que o MAPA, como mencionado anteriormente, defende um modelo de desenvolvimento rural produtivista aliado ao mercado exportador de *commodities*. Logo, a tendência é que as diferenciações e os modos de reprodução social dentro da categoria sejam homogeneizados por completo, contemplando apenas uma visão de agricultura familiar.

<sup>1</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado em 1999 e esteve em atividade até 2016, quando foi extinto, período em que o artigo analisa e discute. Porém, cabe ressaltar que no atual governo, que iniciou em 2023, recriou o MDA, momento que não entra na presente discussão.



O trabalho de Navarro (2016) destaca que o padrão agrícola, que inicia no final da década de 1990 e vem se desenvolvendo até os dias atuais, promove o que ele chama de homogeneização, que cria heterogeneidades no rural; o autor se refere às desigualdades sociais causadas por um padrão que transforma o rural num ambiente puramente “*commoditizado*”, sem levar em consideração aspectos físicos/ambientais das diferentes regiões.

Na sequência do trabalho, será analisada a concentração dos recursos em determinadas regiões, através de dados estáticos que contribuem para a visualização da forma desigual com que os recursos foram alocados e que não condizem com a realidade populacional da agricultura familiar no país. Mesmo com toda a importância que a legitimação da categoria agricultura familiar conquistou através do PRONAF, pode-se perceber que as políticas do Estado continuam homogeneizando o modo de produção agrícola, ou seja, existe um hiato entre questões econômicas e socioculturais na formulação de políticas para a população rural.

### 3. Direcionamento dos recursos alocados pelo PRONAF nas diferentes regiões

De forma inédita, o Censo Agropecuário de 2006, separou duas categorias para obtenção de dados tabelados, os chamados agricultores familiares pronafianos e não pronafianos (SOLDEIRA E NIEDERLE, 2016). Divulgados em 2009, apesar de algumas controvérsias, os resultados obtidos trouxeram grande visibilidade para a categoria agricultura familiar. Pois, os dados demonstraram que esta categoria tinha grande importância socioeconômica para o país.

Porém, os dados trataram a agricultura familiar de forma homogênea. Visto que, quando analisados por regiões, é possível perceber as diferenciações que a própria política demonstra, através do direcionamento dos recursos ao longo de sua história. A categoria pronafiana, enquadrada na Lei n. 11.326, foi estratificada em cinco grupos<sup>2</sup>. A partir desta

- **2Grupo A:** Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados de áreas afetadas pela construção de barragens;
- **Grupo B:** Agricultores familiares que obtivessem uma *renda bruta anual familiar* com rebate de até R\$ 3.000,00, sendo no mínimo 30% dessa renda auferida através das atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário;
- **Grupo C:** Agricultores familiares que obtivessem uma renda familiar com rebate acima de R\$ 3.000,00 até R\$ 16.000,00, sendo pelo menos 60% dessa renda proveniente das atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário;



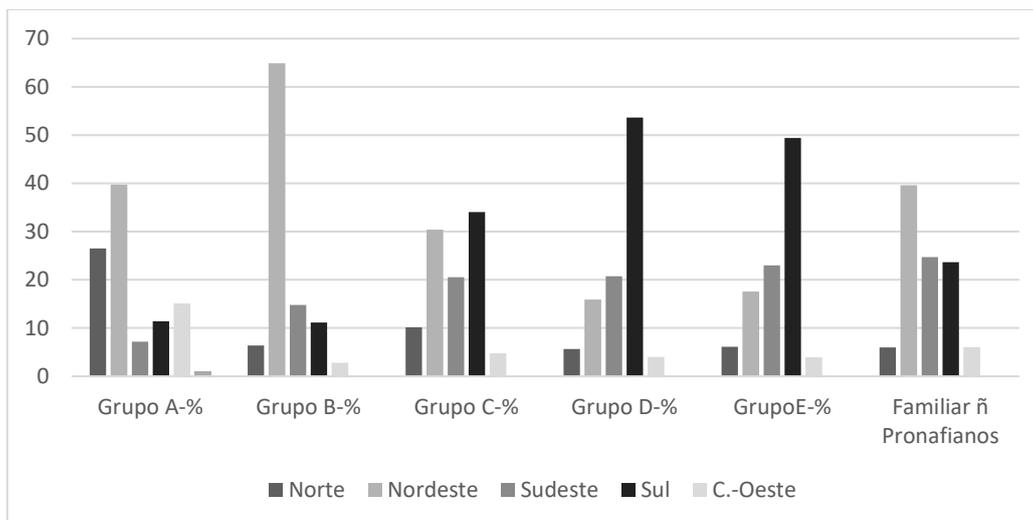
separação, tornou-se visível a localização regional dos extratos mais empobrecidos e mais capitalizados da agricultura familiar no país. A localização regional dos extratos coincide com a alocação de recursos do Pronaf. Nesse sentido, Aquino, Gazolla e Schneider (2018, p.136) aponta que:

Dentro do setor familiar há um claro favorecimento dos grupos com maiores patamares de renda em detrimento dos mais pobres, que se constituem nos verdadeiros marginalizados do campo. Parte desse problema advém do modelo de distribuição do crédito do Pronaf desde sua origem, em 1996, que elege como público a ser incentivado as categorias com potencial de modernização.

É possível perceber através da Figura 1, que os grupos A e B estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste. O grupo A, concentra aproximadamente 66% de seus agricultores nas regiões Norte e Nordeste, já o grupo B 70%. A Tabela 2 traz um histórico em termos de distribuição dos recursos financeiros nas diferentes regiões do país, no período entre 1999-2014. Em síntese, interpretando os dados tabelados, facilmente pode-se perceber que as regiões que concentram a parcela mais empobrecida da agricultura familiar, recebem menos recursos.

Figura 1. Distribuição dos estabelecimentos dos distintos grupos de agricultores familiares segundo as regiões do Brasil – 2006.

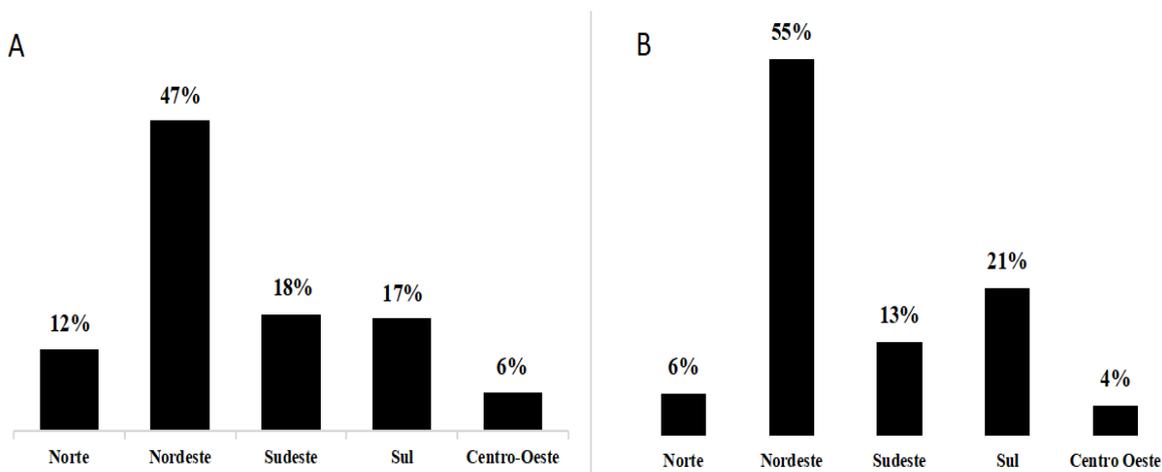
- **Grupo D:** Agricultores familiares que obtivessem uma renda bruta anual familiar com rebate acima de R\$ 16.000,00 até R\$ 45.000,00, sendo pelo menos 70% desse rendimento proveniente das atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário, podendo, para tanto, ter até dois empregados assalariados permanentes;
- **Grupo E:** Agricultores familiares que obtivessem uma renda bruta anual familiar com rebate acima de R\$ 45.000,00 até R\$ 80.000,00, sendo pelo menos 80% desse rendimento proveniente das atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário, podendo, para tanto, ter até dois empregados assalariados permanentes (AQUINO, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2018, p. 127).



Fonte: AQUINO, GAZOLLA e SCHNEIDER, (2018, p. 132) adaptação nossa.

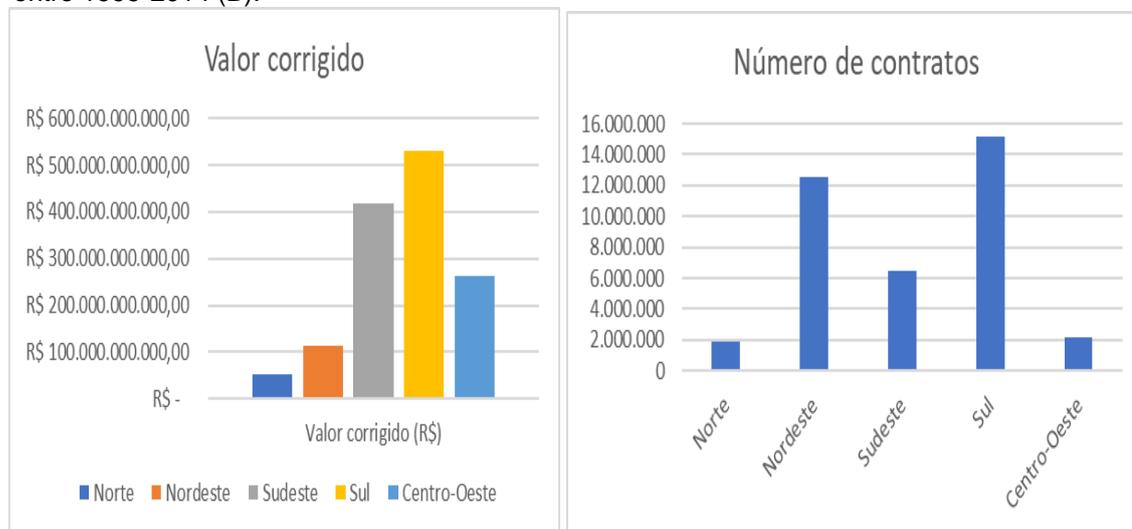
A Figura 2 apresenta a distribuição dos estabelecimentos agropecuários familiares (A), e a percentagem de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) (B), em cada região do país, e constata-se que a região Nordeste que possui aproximadamente 47% dos estabelecimentos (A), e quanto a distribuição de estabelecimentos agropecuários familiares entre regiões (B), onde a região Nordeste que possui aproximadamente 55%, percebe-se uma concentração dos estabelecimentos agropecuários familiares no país, na região Nordeste.

Figura 2 - Percentagem de estabelecimentos agropecuários familiares (A) e a percentagem de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) (B), em cada região brasileira.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

Figura 3 - Valor corrigido dos recursos alocados por região brasileira em relação ao país (A) e o número de contratos do Pronaf nas regiões brasileiras em relação ao total do país no período entre 1999-2014 (B).



Fonte: MONTEIRO E LEMOS (2019, p. 11) Adaptação nossa.

Nesse sentido, Aquino et. al (2013), separa o PRONAF em três fases ao longo de sua história. Segundo o autor, no início a política concentrou seus recursos nas regiões Sul e Sudeste, onde o modelo agrícola estava bem integrado ao mercado. Assim sendo, outras regiões foram excluídas dessa primeira fase. Em geral, esse período condiz com o início da política em 1996 até 2002, início do primeiro governo Lula. A segunda fase (2003-2006) abre caminhos para a desconcentração da política, visto que, o governo diversificou as linhas de crédito. Neste momento, o programa abrangia algumas linhas inclusivas, onde outras práticas agrícolas e não agrícolas foram disponibilizadas, os recursos foram melhor distribuídos neste período, principalmente em regiões periféricas, onde antes a política era ineficiente. A terceira fase, período de (2007 até os dias atuais), retrocede ao modelo concentrador, dirigido para agricultura tecnificada e altamente produtiva. Ademais, o mercado exportador de commodities numa crescente demanda, teve contribuição para o aumento dos créditos por implementos agrícolas e insumos voltados especificamente para este modelo de produção.

Outro fator importante, que nos ajuda a entender esta concentração, são as aberturas para o aumento do valor limite para o enquadramento na política. Aquino e Schneider (2015) observam que esse aumento nos limites, coloca a luz o principal objetivo da política. A intenção de trazer para o enquadramento agricultores capitalizados, com possibilidades competitivas de mercado. A diferenciação social no meio rural fica evidenciada em uma política que tem como objetivo principal, apoiar o desenvolvimento de uma categoria historicamente invisibilizada pelo Estado. Contudo, a inclusão de outros modelos de



agricultura e de vida no meio rural, foram viabilizados por um período curto da política. Na última seção deste trabalho pretende-se trazer as diferenciações sociais, que traduzem a ineficiência desta política em determinadas regiões.

#### **4. Alguns indicativos de diferenciação social que concentram os recursos do PRONAF**

Longe de saturar as discussões sobre o assunto, o objetivo desta seção é trazer algumas reflexões sobre as diferenciações sociais em torno do segmento da agricultura familiar, que em geral não são levadas em conta pelas formulações de políticas públicas, ou são ineficientes em suas aplicações. Na primeira seção, foi apresentado um breve histórico sobre a criação do Pronaf e como a política foi pensada para atender as demandas do que hoje categorizamos como agricultura familiar. Na segunda seção, foi demonstrado como se deu sua aplicação prática, através do levantamento de dados a partir do Censo Agropecuário 2006/2017, tabelas SIDRA e da bibliografia que envolve a temática. Posto isso, a heterogeneidade da agricultura familiar no país é múltipla. Mas na perspectiva de uma análise geral, este estudo se concentra no modelo localizado na região Sul. Buscando apontar algumas características do modelo de agricultura familiar que se diferencia de outros, na busca pela compreensão de alguns indicativos que fizeram com que os recursos do Pronaf tenham sido concentrados neste extrato social.

A racionalidade da agricultura familiar localizada nas regiões onde o PRONAF alocou maior parte dos recursos é o ponto de partida para esta discussão. No que tange às diferenciações, a região Sul tem um grande contingente de agricultores familiares de origem e ascendência europeia; a proximidade com racionalidade econômica funcionalista deste extrato da categoria, pode estar entrelaçada às exigências do mercado agroexportador:

[...] o paradigma da racionalidade funcionalista ajuda a formar, no imaginário coletivo da sociedade, a crença de que a noção de desenvolvimento está necessariamente associada à noção de técnicas e porque não dizer técnicas científicas postas a serviço da produção capitalista (LOPES et al, 2016, p. 76).

Deste modo, as singularidades desses agricultores familiares devem ser analisadas em um contexto histórico. Porém, a reflexão se restringe às características que estão incorporadas e refletem nos modos de reprodução social destes agentes, nos dias atuais. A força organizativa desta parcela de agricultores familiares, por exemplo, favoreceu suas



reivindicações políticas. Principalmente através de organizações sindicais. Vale lembrar, que as organizações sindicais tiveram grande parcela na luta por reconhecimento da categoria. Picolotto e Medeiros (2017) apontam três frentes para a construção do PRONAF, o meio acadêmico, lutas sindicais e os órgãos do Estado. Posto isso, principalmente a região Sul sempre foi muito ativa em relação ao sindicalismo. Nesse sentido, reivindicações que fossem favoráveis às singularidades regionais, culturais e agrícolas, estavam pautadas junto às organizações.

Outro fator importante de diferenciação que podemos frisar, é a relação dessas regiões com o cooperativismo. Segundo a Revista Agrocooperativas, entre as dez maiores cooperativas do Brasil, nove pertencem às regiões Sul e Sudeste. Portanto há um indicativo de que o associativismo faz parte das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares destas regiões. Estudos de Ramos e Vieira Filho (2021, p.11)

Com relação às variáveis, cooperativas e associações, dadas as diferenças regionais no Brasil, a região Sul é marcada pela concentração de estabelecimentos familiares cooperados, destacando o noroeste do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e o oeste do Paraná, importantes regiões agropecuárias.

Em entrevista para a Revista Desafios do Desenvolvimento em 2014, Guilherme Rezende, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) relata:

Na região Sul, cuja infraestrutura é tão boa quanto à do Sudeste, ainda existe um atenuante: o consolidado e atuante sistema de cooperativas agrícolas, às quais a maior parte dos agricultores familiares é filiada. As cooperativas vendem insumos para os produtores, oferecem assistência técnica e muitas vezes elas são o destino final da produção agrícola local, facilitando a comercialização. O maior suporte produtivo recebido pelos agricultores familiares sulistas contribui para um impacto do Pronaf no Sul maior que o verificado nas regiões Norte, Nordeste e até mesmo no Sudeste no que se refere ao PIB agropecuário.

A análise da agricultura familiar destas regiões necessita de maiores aprofundamentos. De modo que, existem outras especificidades que abarcam as formas de reprodução social destes agentes e que caracterizam suas diferenciações em relação a outras regiões. O fato é que estas regiões foram privilegiadas com a maior parte dos recursos do PRONAF. Portanto, nesta seção do trabalho, busca-se identificar algumas singularidades, que podem ajudar a relacionar o direcionamento dos recursos com as especificidades deste extrato da agricultura familiar do país. Como dito anteriormente, necessita-se de maior profundidade em pesquisas relacionadas à temática da diferenciação. Porém, as características trazidas aqui, demonstram alguns indicativos.



## 5. Considerações finais

Segundo a literatura, os setores mais capitalizados da agricultura familiar foram historicamente beneficiados pelas linhas de créditos contidas no PRONAF. Da mesma forma, os dados obtidos no Censo Agropecuário de 2006/2017, demonstram que os extratos de agricultores familiares mais empobrecidos se localizam justamente onde a política menos aloca seus recursos. Antes da criação do PRONAF, a agricultura familiar não era considerada uma categoria com especificidades e, que necessitava de formulação de políticas diferenciadas do modelo patronal, para que pudesse se reproduzir socialmente. Nesse ponto, a política tem grande contribuição no sentido de colocar à luz, uma população historicamente invisibilizada pelo Estado, além de colaborar para a reprodução social destes agentes.

Entretanto, a política acabou, ao longo de sua história, repetindo o modelo de desenvolvimento voltado para a modernização tecnológica. No sentido de priorizar modelos de agricultores familiares, inseridos no mercado e com características de racionalidade econômica que se assemelham às do agronegócio (AQUINO e SCHNEIDER, 2015). Diante disso, a maior parte dos agricultores familiares que potencialmente respondem a esse modelo, estão localizados na região Sul, a mais tempo inseridas na produção de *commodities*.

A diferenciação social destas famílias, acaba concentrando os recursos da política e, por conseguinte, mais uma vez invisibilizando outros modos de reprodução social de extratos de agricultores familiares que não se enquadram nesta perspectiva. As políticas, quando formatadas para atender um tipo ideal de agricultor familiar, acabam por excluir toda heterogeneidade da categoria, reproduzindo desigualdades e diferenciações sociais que não colaboram para o desenvolvimento rural equitativo. Posto isso, será que o Pronaf está contribuindo como política pública para o fortalecimento da categoria agricultura familiar, ou está cumprindo o papel de apenas viabilizar um tipo de agricultor familiar inserido nas regras do mercado exportador, excluindo toda heterogeneidade alternativa a este modelo?

## Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



## REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino *et al.* **Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região Nordeste e no estado de Minas Gerais uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006.** Brasília: IPEA, 2013.

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar.** 1. ed. Piracicaba-SP: RESR, 2018.

AQUINO, Joacir Rufino; SHNEIDER, Sergio. O PRONAF e o Desenvolvimento Rural Brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Catia; SHNEIDER, Sergio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo Econômico e Agropecuário,** 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 21 abr. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.**

LOPES, Patrick Fernandes *et al.* **O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar.** Vol 24, ESTUDOS Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, ISSN, 2016.

MATTEI, Lauro. **A Política Agrária e os Retrocessos do Governo Temer.** 12. Vol. João Pessoa: OKARA Geografia em debate, 2018.

MONTEIRO, Alexendra Pedrosa; LEMOS, José de Jesus Sousa. **Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões brasileiras.** Nº 1. Revista de Política Agrícola, 2019.

NAVARRO, Zander. O Mundo Rural no Novo Século (Um Ensaio de Interpretação). *In* VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia (Org.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade.** Brasília, DF: IPEA, 2016. p. 25–63.

PICCIN, Marcos Botton. **Senhores de Terra, Senhores de Guerra: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019).** Curitiba, CRV, 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural.** REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO. Nº 128, jan. 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. *In*: DELGADO, Guilherme Costa (org.); BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.



RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **O efeito do cooperativismo “agropecuário” e de “crédito” no desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.** Distrito Federal- Brasília: EBPC, 2021.

Revista Desafios do Desenvolvimento. **Sul e Sudeste têm melhores resultados com crédito rural.** Ed. 81. IPEA, 2014. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3092&catid=28&Itemid=39](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3092&catid=28&Itemid=39).

Revista Agrocooperativas. **Maiores Cooperativas do Agro Brasileiro.** Ed. 93. mai. 2022. Disponível em: <https://agrovevenda.com.br/as-10-maiores-cooperativas-do-agro-brasileiro>.

SOLDERA, Denis; NIEDERLE, Paulo Andre. **O Meio do Campo em Disputa e as Implicações da “Nova” Classe Média Rural na Ação Pública.** Santa Cruz do Sul: Redes, 2016.